

RECURSO Nº , DE 2005
(Do Sr. Adelor Vieira e outros)

Recorrem, nos termos do § 1.º do artigo 58 e do § 2.º do artigo 132 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, da terminatividade do parecer da Comissão de Finanças e Tributação e da conclusividade da apreciação pelas Comissões da Casa dos Projetos de Lei n.º 2.709-A/03 e 2.796/03.

Senhor Presidente:

Os Projetos de Lei n.º 2.709-A/03 e 2.796/03, apensados, foram despachados à apreciação conclusiva das Comissões, nos termos dos inciso II do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara.

Receberam pareceres da Comissão de Viação e Transportes pela rejeição (vencido o voto do Relator original) e da Comissão de Finanças e Tributação pela inadequação financeira e orçamentária, deixando a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania de se manifestar sobre o mérito das proposições.

Nos termos do inciso II do artigo 54 do Estatuto Interno, o parecer da Comissão de Finanças e Tributação sobre a adequação financeira ou orçamentária da proposição é terminativo. No entanto, os projetos são meritórios e a adequação financeira e orçamentária é possível.

Dessa forma, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 132 do Regimento Interno (confirmado pelas disposições do art. 144), bem como do



B3B5499D17

parágrafo 1.º do artigo 58 do referido Regramento, cumulado com o inciso I do parágrafo 2.º do artigo 58 da Constituição Federal, oferecemos o presente recurso e dele pedimos provimento, a fim de que não seja terminativa a decisão da Comissão de Finanças e Tributação, bem como seja ouvido o Plenário sobre a adequação financeira e orçamentária e o mérito das proposições.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado ADELOR VIEIRA

